



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO

2016

Março de 2017



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2016

Março de 2017



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2016

Introdução

Nos termos do disposto na alínea d) do art. 22º dos Estatutos desta Associação, vem a Direcção submeter à apreciação e votação pela Assembleia Geral o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2016.

Como sempre tem acontecido, ao longo da vida da ANEME, a nossa associação, através dos seus departamentos associativos tem prestado apoio directo às empresas associadas por via de e-mail, telefone, correio, site ou presencial, emitindo esclarecimentos e fornecendo informações relevantes nas mais diversas áreas de interesse das empresas.

Por outro lado, ao longo de 2016, as actividades de representação e serviço desdobraram-se, também, num outro conjunto de acções como sejam: missões empresariais, estudos de mercado, participações em feiras com stand individual e colectivo, seminários e acções de “procurement” – em articulação com empresas associadas – tendo em vista melhor servir e representar o tecido empresarial.

Nas missões e feiras participaram mais de 60 empresas.

Nos diversos seminários e acções de “procurement” participaram mais de 300 empresas.

Em simultâneo com este conjunto de actividades a ANEME está a desenvolver um conjunto de novos projectos, no âmbito do Sistema de Apoio e Acções Colectivas, como sejam: projecto Inforcompete, projecto Metal Empreeende e projecto Internacionalizar em Português.

De referir, na área de emprego, que o GIP – Gabinete de Inserção Profissional da ANEME, tem vindo a desenvolver a sua actividade como ferramenta de apoio às empresas nos seus processos de recrutamento de trabalhadores.

Este projecto está a ser directamente articulado com o portal de emprego no qual a ANEME participa.

Quanto às participações associativas há que salientar as seguintes: CIP; CE-CPLP; CEDINTEC; CERTIF; APCER, ANREEE; CATIM; CENFIM; IATT; AFTEM; POOL-NET e PRODUTECH.

Na área da contratação colectiva a ANEME manteve a sua participação nas diversas actividades da CEEMET.

Ainda no âmbito internacional e enquadrado no “Projecto Internacionalizar em Português” foram realizadas – em conjunto com a AIDA – reuniões internacionais em Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, tendo em vista o desenvolvimento de parcerias e novas formas de cooperação entre empresas destes países.

De referir, no âmbito da formação profissional, a ANEME continuou a participar no desenvolvimento do projecto do Centro de Formação da Metalomecânica de Maputo.

Será de realçar que este projecto resultou de uma iniciativa da ANEME e AIMO (Associação Industrial de Moçambique) e integra como parceiros o IEFP, INEFP (Moçambique) UGT e OTM-CS (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical). Foram escolhidas como entidades técnicas do projecto, o CENFIM e o CEFOSAP.

1. Participações Associativas

Ao longo do ano de 2016, a ANEME manteve a participação nos órgãos sociais das seguintes instituições:

- AFTEM (Associação para a Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e Materiais) – assumiu a Vice-Presidência.
- APCER (Associação Portuguesa de Certificação) – assumiu o cargo de Vogal do Conselho Fiscal.
- ANREEE (Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos) – é membro da Direcção e assumiu a Presidência da Assembleia Geral desta estrutura associativa.
- CATIM (Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica) – é membro do Conselho Geral deste Centro Tecnológico.
- CEDINTEC (Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos) – integrou o Conselho Directivo do CEDINTEC.
- CENFIM (Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica) – é outorgante do Protocolo que instituiu o CENFIM, sendo membro do seu Conselho de Administração, Comissão de Fiscalização e Conselho Técnico-Pedagógico.
- CIP (Confederação Empresarial de Portugal) – integrou a Direcção e o Conselho Geral da CIP.
- CNE (Centro Nacional de Embalagem) – integrou a Direcção.
- FENAME (Federação Nacional do Metal) – deteve a Presidência da FENAME.

- IATT (Instituto de Apoio Técnico e Tecnológico) – entidade fundadora, assumindo a Presidência.
- IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) – por via da CIP, manteve um representante no Conselho de Administração.
- PRODUTECH – assumiu a Presidência da Assembleia Geral.
- WEEEcycle – Associação de Produtores de EEE (Entidade Gestora de Resíduos EEE) – foi membro do Conselho Consultivo.

De referir que a ANEME é membro fundador da ASSOCIAÇÃO POOL NET e da CERTIF (Associação para a Certificação).

A ANEME manteve ainda a representação das empresas portuguesas do sector metalúrgico e electromecânico nas seguintes organizações internacionais:

- CE-CPLP - Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, integrando a respectiva Direcção
- CEEMET - Council of European Employers of the Metal, Engineering and Technology - based industries
- ORGALIME - European Engineering Industries Association

2. Projectos

Em 2016, foi concluído o primeiro projecto aprovado no âmbito do Portugal 2020, no quadro do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização:

O Projecto Conjunto de Internacionalização das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas – 2015/2016 (Sistema de Incentivos Internacionalização)

Este projecto iniciou-se em Abril de 2015 e foi concluído no final de 2016. Dando continuidade aos projectos realizados em anos anteriores, visou potenciar e alargar a capacidade exportadora e promover a imagem internacional das PME do sector metalúrgico e electromecânico, Compreendeu a realização de missões empresariais no que toca à orientação para os mercados Africanos e América do Sul (Moçambique, Cuba, Peru e Chile) e a presença em feiras internacionais numa óptica de subcontratação, relativamente aos mercados Europeus e Marrocos (Midest - Paris, Hannover Mess - Alemanha, Subcontratation - Bilbau, Subcon - Birmingham, MSV 2015 - Brno - República Checa e Midest Marroc, Casablanca).

Foram ainda aprovadas várias candidaturas realizadas no ano anterior, tendo – se dado início aos seguintes projectos:

Projecto Inforcompete - 2016/2017 (Sistema de Apoio a Acções Colectivas - Qualificação)

O INFORCOMPETE tem como objectivo criar, desenvolver e melhorar um conjunto de instrumentos e ferramentas informativas de suporte ao incremento das competências, capacidade empresarial e competitividade das empresas metalúrgicas e electromecânicas a nível nacional e internacional.

O INFORCOMPETE, vem, por um lado, reforçar e dar continuidade a algumas das acções desenvolvidas no âmbito dos projectos anteriores, que se revelaram fundamentais no processo de informação/sensibilização ao tecido empresarial, e por outro, potenciar novos mecanismos e ferramentas que permitam apoiar as empresas, de forma eficaz e eficiente, a repensarem a sua estratégia que, mais do que nunca, passa por uma presença e posicionamento em mercados internacionais. Pretende-se fomentar um conjunto de acções de informação e de sensibilização que promovam a competitividade das empresas e simultaneamente a imagem de marcas e produtos portugueses no exterior.

Para além da produção de meios de informação, actividades de informação e sensibilização – seminários/workshops, estudos, informação sobre sectores, produtos/serviços, destaca-se o SIMCA - Sistema de Monitorização dos Custos Ambientais, que vai permitir a identificação de todos os custos ambientais e das medidas de ecoeficiência aplicáveis ao sector metalúrgico e electromecânico e a construção de uma plataforma informática de monitorização e redução dos custos ambientais do sector.

Projecto Metal Empreende - 2016/2017 (Sistema de Apoio a Acções Colectivas - Promoção do Espírito Empresarial)

O projecto METAL EMPREENDE, desenvolvido em parceria com a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, privilegia a implementação de acções de estímulo e motivação para o empreendedorismo, captação e desenvolvimento de talentos empresariais, para ajudar empreendedores a desenvolver planos de negócios e criar empresas com sucesso.

Constituem objectivos estratégicos do projecto:

- A promoção do empreendedorismo qualificado e tecnológico, alinhado com as necessidades reais e específicas de um tecido empresarial estabelecido, que representa potencialmente a base de clientes para os novos negócios/startups;
- Facilitar a criação de novas empresas/startups numa lógica de alinhamento com as necessidades do mercado ao nível do sector metalúrgico e electromecânico,

permitindo-se maior eficácia na abordagem comercial, e consequente aceleração no crescimento destes novos negócios;

- Mobilizar empreendedores tendo em vista a sua selecção para participação num processo de capacitação para o empreendedorismo, onde poderão desenvolver as suas ideias, elaborar o seu plano de negócios e aceder a mentores e potenciais investidores, para a concretização dos seus projectos empresariais.

Internacionalizar em Português - 2016/2017 (Sistema de Apoio a Acções Colectivas – Internacionalização)

O projeto Internationalizar em Português, desenvolvido em parceria com a AIDA – Associação Industrial do Distrito de Aveiro, visa contribuir para um melhor enquadramento das empresas no processo de globalização, dando continuidade aos projectos SIGAME e GLOBAL PME e utilizando as ferramentas de tecnologias de informação e comunicação criadas pelos mesmos.

Este projecto tem um espaço estratégico – o mundo económico globalizado – com um âmbito multisectorial, direcionado, em especial, para um universo económico da CPLP e seus espaços de integração regional, bem como, e em simultâneo, para uma área de organizações económicas mundiais de âmbito multisectorial, onde se podem desenvolver sinergias para uma melhor intervenção das empresas através da realização de acções de índole cooperativa.

O objectivo estratégico deste projecto é o de potenciar, dinamizar e incrementar a presença económica portuguesa no mercado globalizado, criando mais e melhores condições para o acesso a novos mercados, promovendo a oferta nacional, a internacionalização das empresas, dinamizando o conhecimento de realidades industriais e empresariais de países da CPLP, criando processos colaborativos a nível empresarial e institucional, utilizando as tecnologias de informação e comunicação.

Foram ainda apresentadas, no último trimestre do ano, as seguintes candidaturas, no âmbito do Portugal 2020, no âmbito do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização (POCI):

- Projecto Conjunto de Internacionalização de Empresas Metalúrgicas Electromecânicas - 2017/2018 (Sistema Incentivos Internacionalização)
- Projecto Formação Acção para Pme 2017/2018 (Projectos Conjuntos - Formação-Acção)
- Exporáfrica - 2017/2018 (Sistema de Apoio a Acções Colectivas - Internacionalização)

3. Seminários

Foram realizados 17 seminários dirigidos às empresas associadas, 7 dos quais na Marinha Grande, que contaram com a presença de mais de 300 participantes.

- ✓ Normas ISO 9001/ISO 14001 – Perspectivas Futuras – 11 de Fevereiro
- ✓ Governo das Sociedades – 24 de Fevereiro
- ✓ A Gestão do Desempenho – 16 e 18 de Março
- ✓ Incentivos e Apoios à Contratação – 16 e 18 de Março
- ✓ O Orçamento de Estado para 2016 e alterações à declaração modelo 22 de IRC – 29 de Abril
- ✓ A Reforma do IRC 2 anos depois, e RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento – 28 Setembro e 3 de Outubro
- ✓ IVA: Artº. 6º e Inversão do Sujeito Passivo – 19 e 21 de Outubro
- ✓ Sistema de Monitorização dos Custos Ambientais do Sector Metalúrgico e Electromecânico – 26 e 29 de Setembro
- ✓ Contrato Colectivo do Sector – 26 de Outubro e 4 de Novembro
- ✓ Gestão Fiscal dos gastos com pessoal – 16 de Novembro e 2 de Dezembro

Salientamos ainda a realização dos seguintes seminários em termos de internacionalização:

“A Importância do Procurement e das Multilaterais na Internacionalização do Sector Metalúrgico e Electromecânico” e “França e Alemanha – Dois Mercados Estratégicos para o Sector Metalúrgico e Electromecânico”, no Hotel Marriott Lisboa, dia 15 de Dezembro.

Finalmente realçamos a Sessão de Qualificação de Fornecedores – GE POWER – na sede da ANEME, dias 22 e 23 de Novembro, que se revelou uma acção de grande relevância em termos de cooperação empresarial para todos os associados envolvidos.

4. Contratação Colectiva

A Associação, no âmbito do seu Departamento Jurídico, procedeu à elaboração de propostas para a revisão dos contratos colectivos do sector no âmbito da FENAME – Federação Nacional do Metal.

Integrou a Comissão Negociadora Patronal para revisão dos contratos colectivos do sector que culminou com a fusão destes numa única convenção celebrada entre a FENAME e o SITESE/SINDEL/ FE e SE.

5. Representação Nacional e Internacional

A nível nacional:

A ANEME manteve os contactos regulares e institucionais com o IAPMEI, AICEP, IEFP, CEDINTEC, ISQ, CATIM, CERTIF, APCER, AFTEM, CENFIM e outras entidades públicas e privadas.

No âmbito da CIP a ANEME manteve a sua participação nos grupos de trabalho:

- Grupo de trabalho sobre comércio internacional, através do Departamento dos Assuntos Económicos e Financeiros.
- Observatório das relações colectivas de trabalho, através do Departamento Jurídico.

Acompanhou ainda ao nível do Departamento Técnico:

- As diversas matérias abordadas no âmbito das Comissões Técnicas de Normalização Sectorial, dentro do Sistema Português da Qualidade.
- Reuniões da Comissão Técnica da Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (ANREEE).
- Provas de aptidão final, integrando júris em articulação com o CENFIM e outras entidades formadoras.
- Campanha de prevenção de riscos profissionais, na utilização de máquinas e equipamentos de trabalho, em articulação com a ACT.

A nível internacional:

A ANEME acompanhou os trabalhos desenvolvidos ao nível das organizações Europeias do sector, em que está filiada, tendo participado nas seguintes reuniões da CEEMET e ORGALIME:

- CEEMET - 25th General Assembly, Roterdão - Holanda, 13 de Maio
- CEEMET - 70th EU Committee Meeting, Bruxelas - Bélgica, 24 de Maio
- CEEMET - 31st Meeting of the Industrial and Employee Relations Committee, Bruxelas - Bélgica, 19 a 20 Outubro
- CEEMET - 71st EU COMMITTEE MEETING - Bruxelas - Bélgica, 18 de Novembro
- CEEMET - 26th General Assembly – Bruxelas - Bélgica, 7 de Dezembro

- CEEMET - Industrial Social Dialogue Plenary – Bruxelas – Bélgica – 8 Dezembro

Participou ainda na Assembleia Geral da CE-CPLP – Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, no dia 28 de Fevereiro, em Dili, Timor.

6. Missões e Feiras

6.1. Missões no Estrangeiro

Foram realizadas as seguintes Missões Empresariais:

Moçambique (Maputo) – 17 a 24 de Março

Chile (Santiago) – 24 a 30 de Abril

Perú (Lima) – 21 a 25 de Novembro

6.2. Feiras Internacionais

A ANEME participou e/ou organizou stands colectivos nas seguintes feiras internacionais:

Feira Internacional de HANNOVER 2016 - Hannover - Alemanha - 25 a 29 de Abril

BIEMH - Feria Internacional de Máquina Herramienta – Bilbau - Espanha - 30 de Maio a 4 de Junho

SUBCON 2016 - Birmingham - Reino Unido - 7 a 9 de Junho

MIDEST 2016 - Paris - França - 6 a 9 de Dezembro

FACIM - Feira Internacional de Maputo - Moçambique - 29 de Agosto a 4 de Setembro

FIC - Feira Internacional de Cabo Verde - Praia – 16 a 20 de Novembro

MIDEST MAROC - Casablanca - Marrocos - 14 a 17 de Dezembro

6.3. Feiras Nacionais

A ANEME esteve representada nas seguintes feiras nacionais:

TEKTÓNICA - Feira Internacional da Construção e Obras Públicas - Lisboa, FIL - 4 a 7 de Maio

EMAF - Feira Internacional de Máquinas, Equipamentos e Serviços para a Indústria – Porto, Exponor – 23 a 26 de Novembro

7. Acções de divulgação, apoio às empresas e publicações

No plano da divulgação de legislação e informação relevante para os associados, a ANEME manteve a edição do Boletim “Informa” e do Barómetro do sector, com periodicidade mensal e a distribuição de informações de carácter económico, jurídico, técnico e comercial.

Foram divulgadas durante 2016 as seguintes informações:

- 10 informações económicas e fiscais
- 26 informações jurídicas
- 1 informação técnica
- 11 informações comerciais
- 3 informações gerais

A ANEME prestou ainda informação e apoio aos associados nas áreas jurídica, laboral, económico-fiscal, técnica (normalização, segurança, qualidade, ambiente e regulamentação industrial, nacional e comunitária), comercial, acesso aos mercados e apoios ao investimento e financiamento.

Continuou ainda a apoiar e acompanhar, através do seu Departamento Técnico, os processos de alvarás e títulos de registo e as acções de licenciamento industrial/ambiental, das empresas associadas.

De salientar que o Departamento Jurídico, ao longo do ano 2016 respondeu por escrito a 768 solicitações de associados, na área jurídica e socio-laboral.

Através do novo portal da ANEME, foi disponibilizado todo um conjunto de informações e conteúdos relevantes para as empresas associadas e continuou a ser promovido o sector em termos internacionais, realçando-se o facto de que o portal ANEME teve 42 576 consultas/visitas em 2016, tendo sido divulgadas 28 Newsletters.

Através do Portal do Emprego (www.aneme.trabalhando.pt) foi disponibilizado um serviço às empresas do sector que visou agilizar os processos de recrutamento de recursos humanos qualificados e especializados.

O apoio disponibilizado pela ANEME às empresas associadas nesta área foi ainda articulado com o GIP - Gabinete de Inserção Profissional, criado na ANEME em 2015 através de protocolo celebrado com o IEFP, que constitui mais uma ferramenta a utilizar nos processos de recrutamento de trabalhadores. De salientar que em 2016, foram colocados 11 desempregados, de acordo com ofertas de emprego existentes no sector.



Quanto a publicações editadas durante o ano de 2016, com acima referimos, manteve-se a edição mensal do Boletim “Informa” e do Barómetro do sector, a divulgação de informações técnicas e ainda a difusão através do portal da ANEME de newsletters informativas electrónicas.

Foi ainda editada uma publicação do Contrato Colectivo de Trabalho.

Lisboa, 17 de Março de 2017

A DIRECÇÃO



CONTAS DO EXERCÍCIO

2016

Março de 2017

ANEME

Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2016

Março de 2017

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

• Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2016.....	6
• Demonstração das Alterações do Fundo Associativo em 31 de Dezembro de 2016.....	7
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Fluxos de Caixa	11
5. Divulgações de Partes Relacionadas.....	12
6. Activos Intangíveis	12
7. Activos Fixos Tangíveis.....	13
8. Custos de Empréstimos Obtidos	15
9. Investimentos em Associadas	15
10. Inventários	16
11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	16
12. Rérito.....	16
13. Subsídios do Governo	17
14. Acontecimentos após a data de balanço.....	18
15. Impostos sobre o rendimento	18
16. Instrumentos Financeiros	19
17. Benefícios dos Empregados	22
18. Informações exigidas por diplomas legais	23
19. Outras informações	23

**Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016**

Aneme
Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Activo			
Activos fixos tangíveis	7	680.650,94	400.254,47
Participações financeiras - outros métodos	5/9/16	<u>147.982,96</u>	<u>151.732,96</u>
Total dos Activos Não Correntes		<u>828.633,90</u>	<u>551.987,43</u>
Inventários	10	-	-
Clientes	16	121.964,32	192.288,81
Adiantamentos a fornecedores	15	3.000,00	3.000,00
Estado e outros entes públicos	16	1.705,27	1.544,93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11 / 16	264.304,11	501.874,06
Outras contas a receber	16	355.630,05	285.308,25
Diferimentos	19	20.177,91	8.274,10
Caixa e depósitos bancários	4	<u>19.194,87</u>	<u>8.961,72</u>
Total dos Activos Correntes		<u>785.976,53</u>	<u>1.001.251,87</u>
		<u>1.614.610,43</u>	<u>1.553.239,30</u>
Fundo Associativo			
Fundo Associativo	19	323.735,57	323.735,57
Resultados transitados	19	71.682,01	115.035,75
Outras variações nos fundos patrimoniais		50.000,00	50.000,00
Resultado líquido do exercício		<u>1.717,38</u>	<u>2.657,37</u>
Total dos Capitais Próprios		<u>447.134,96</u>	<u>491.428,69</u>
Passivo			
Financiamentos obtidos	16	<u>271.500,00</u>	<u>120.000,00</u>
Total dos Passivos Não Correntes		<u>271.500,00</u>	<u>120.000,00</u>
Fornecedores	16	557.987,16	530.030,11
Estado e outros entes públicos	15 / 16	57.974,99	36.771,54
Financiamentos obtidos	16	215.000,00	175.000,00
Outras contas a pagar	16	<u>65.013,32</u>	<u>200.008,96</u>
Total dos Passivos Correntes		<u>895.975,47</u>	<u>941.810,61</u>
Total do Passivo		<u>1.167.475,47</u>	<u>1.061.810,61</u>
		<u>1.614.610,43</u>	<u>1.553.239,30</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Anexo

**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Valores expressos em euros)

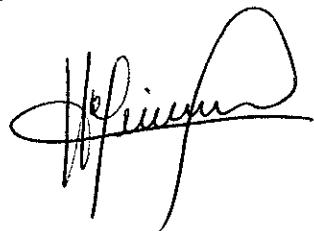
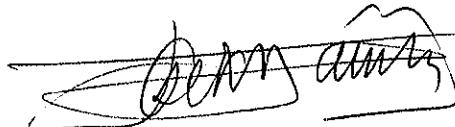
	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Vendas e Serviços Prestados	12	574.988,80	527.744,59
Subsídios, doações e legados à exploração	13	292.515,33	393.902,83
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(481.851,79)	(604.865,89)
Gastos com o pessoal	17	(390.323,95)	(430.713,69)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	-	-
Outros rendimentos e ganhos	12 / 19	143.611,54	258.660,46
Outros gastos e perdas	19	(94.099,95)	(102.879,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44.839,98	41.848,69
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(14.078,40)	(11.714,06)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30.761,58	30.134,63
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		(22.728,78)	(24.640,90)
Resultado antes de impostos		8.032,80	5.493,73
Imposto sobre o rendimento do período	15	(6.315,42)	(2.836,36)
Resultado líquido do período		1.717,38	2.657,37

Para ser lido com as notas anexas à demonstração financeira

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



Anexo

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.16	31.Dez.15
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		708.089,01	986.557,76
Pagamentos a fornecedores		(484.255,29)	(907.006,46)
Pagamentos ao pessoal		(384.187,90)	(411.317,44)
Caixa gerada pelas operações		<u>(160.354,18)</u>	<u>(331.766,14)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1.024,24	846,49
Outros recebimentos/pagamentos		26.895,35	273.450,20
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(132.434,59)</u>	<u>(57.469,45)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(9.985,14)	(6.727,30)
		<u>(9.985,14)</u>	<u>(6.727,30)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos		2.082,75	1.525,15
		<u>2.082,75</u>	<u>1.525,15</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(7.902,39)</u>	<u>(5.202,15)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		978.000,00	635.000,00
		<u>978.000,00</u>	<u>635.000,00</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(788.500,00)	(544.999,99)
Juros e gastos similares		(38.956,68)	(33.222,31)
		<u>(827.456,68)</u>	<u>(578.222,30)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>150.543,32</u>	<u>56.777,70</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10.206,34	(5.893,90)
Efeito das diferenças de câmbio		26,81	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.961,72	14.855,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>19.194,87</u>	<u>8.961,72</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

Anexo

Demonstração das Alterações no Fundo Associativo - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					
	Fundo Associativo	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transladados	Outras variações no Fundo Associativo
<i>Posição no Início do Período 2015</i>					
1	Notas	323.735,57	-	115.035,75	50.000
<i>Alterações no período</i>					
Princípio adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(43.353,74)	(45.011,11)
	2			(43.353,74)	(2.657,37)
<i>Resultado Líquido do Período</i>					
	3				
<i>Resultado Integral</i>					
	4 = 1 + 2 + 3				
<i>Operações com detentores de capital próprio</i>					
Rebaixões de capital		-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas:		-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-
	5				
<i>Posição no Fim do Período 2015</i>					
	6 = 1 + 2 + 3 + 5	323.735,57	-	71.682,01	50.000,00
					1.717,38
					447.134,55

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO


A DIRECÇÃO


Domingos Pires

Appendix

Demonstração das Alterações no Fundo Associativo - Exercício de 2015

(Volume 50, Number 1)

Capital Próprio Atividades de Negócios e Desenvolvimento da Empresa

But our life can be nothing more than a dash of water.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A D R E S S
M

James M.

1

ANEME
Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016**

(Valores expressos em euros)

Março de 2017

1. Nota introdutória

A Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas - ANEME, com o Número de Identificação Fiscal 500949220, é uma Associação de Empregadores constituída em 1960 e tem por objectivo a representação, defesa e promoção dos direitos e interesses dos seus associados, junto da administração e poderes públicos, parceiros sociais e UE.

A acção da ANEME desenvolve-se junto aos seguintes subsectores de actividade:

- Indústrias básicas do ferro e do aço;
- Fundição de ferrosos e não ferrosos;
- Fabricação de produtos metálicos;
- Fabricação de máquinas e equipamentos;
- Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos;
- Fabricação de material de transporte;
- Fabricação de mobiliário metálico;
- Entre outras indústrias transformadoras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2016 as demonstrações financeiras da ANEME foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36/2011 de 09 de Março, e aplicam-se às entidades que prossigam a título principal uma actividade sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro directo, designadamente associações, fundações e pessoas colectivas públicas de tipo associativo.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores/por acréscimos e diferimentos".


-9-

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que nas notas aplicáveis abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da ANEME são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transacções.



4. Fluxos de Caixa

A demonstração de fluxos de caixa referente ao exercício de 2016, foi preparada pelo método directo, conforme exigida pela NCRF2, pretendendo-se deste modo, detalhar as quantias dos meios financeiros líquidos constantes do balanço e da DFC.

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efectivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, excepto quanto a:

- (a) recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflecta as actividades do cliente; e
- (b) recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transacções realizadas.

Os pagamentos ao pessoal incluem as retenções efectuadas e outros encargos devidos pela própria Associação mas que não lhes sejam pagos.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor bruto sendo as inerentes retenções de impostos registadas em rubrica apropriada de impostos sobre o rendimento da sociedade.

Os fluxos de caixa resultantes de transacções em moeda estrangeira são registados à taxa de câmbio da data do fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas não realizados provenientes de alterações de taxas de câmbio de moeda estrangeira são relatados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de reconciliar os valores inicial e final de caixa e equivalentes.

Não são relatadas operações que não envolvam directamente fluxos de caixa (p.ex. operações de locação financeira, permutas de activos, conversão de passivos em capital, recebimentos ou pagamentos realizados por terceiros por conta da sociedade).

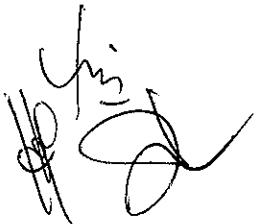
Nas transacções que sejam liquidadas por recurso a outros itens para além de caixa e equivalentes apenas são relatados os movimentos de caixa e equivalentes.

Os pagamentos ou recebimentos relacionados com impostos sobre o rendimento da Associação são apresentados como actividade operacional.

Os dividendos e juros recebidos relacionados com investimentos financeiros são apresentados como actividade de investimento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários que não sejam considerados financiamentos.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".



Saldos de Caixa e Equivalentes a 31 de Dezembro de 2016

	31-Dez-16	31-Dez-15
Caixa	1.559,31	903,85
Depósitos à ordem	<u>17.635,56</u>	<u>8.057,87</u>
	19.194,87	8.961,72

5. Divulgações de Partes Relacionadas

Partes relacionadas são terceiros com quem existam relações que possam afectar os resultados e a posição financeira da entidade que relata.

A norma define as seguintes partes relacionadas: empresa-mãe, accionistas de referência e familiares próximos, subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas, pessoal chave da gestão da entidade ou da empresa-mãe e familiares próximos, e planos de benefícios pós-emprego.

Partes relacionadas:

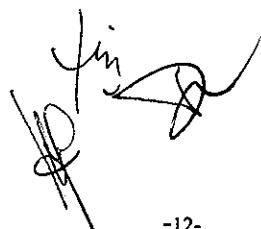
Referência	Denominação	% capital
Associadas	Áftern - Associação para Formação Tecnológica de Eng. Mecânica e Materiais	50,00%

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos pendentes e transacções mantidos com partes relacionadas foram como segue:

Transacções	31-Dez-16	31-Dez-15
Prestação de serviços	3.000,00	3.000,00
Rendas Obtidas	12.000,00	12.000,00
Outras Receitas	-	750,32
Saldos	31-Dez-16	31-Dez-15
Contas a receber	-	1.057,50
Prestações suplementares	82.301,66	82.301,66

6. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.



Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os movimentos ocorridos nos activos intangíveis foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições /Dotações	Abates	Perdas por imparidade	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-16
Software	21.362,87	-	-	-	-	21.362,87
	21.362,87	-	-	-	-	21.362,87
31 de Dezembro de 2015						
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições /Dotações	Abates	Perdas por imparidade	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-15
Software	23.706,20	-	(2.343,33)	-	-	21.362,87
	23.706,20	-	(2.343,33)	-	-	21.362,87
Depreciações Acumuladas						
	Saldo em 01-Jan-16	Reforço	Abates	Reclassificação		Saldo em 31-Dez-16
Software	21.362,87	-	-	-		21.362,87
	21.362,87	-	-	-		21.362,87
Depreciações Acumuladas						
	Saldo em 01-Jan-15	Reforço	Abates	Reclassificação		Saldo em 31-Dez-15
Software	23.706,20	-	(2.343,33)	-		21.362,87
	23.706,20	-	(2.343,33)	-		21.362,87

7. Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

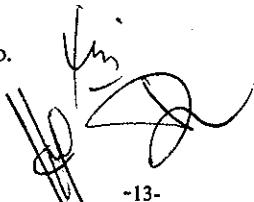
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos que não resultem em aumentos na vida útil do bem são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.



As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

De acordo com a NCRF 6, alguns intangíveis (no caso de software de computadores) poderão estar contidos numa substância física tal como um disco compacto, e nessas circunstâncias a entidade terá de usar o seu juízo de valor para avaliar se estes serão de tratar segundo a NCRF 7 – Activos Fixos Tangíveis ou segundo a NCRF 6 de acordo com o seu elemento mais significativo.

É entendimento da Associação que quando o software adquirido faça parte integrante do equipamento e que este não funcione sem esse software específico será de tratar como activo fixo tangível. Se pelo contrário, o software não for parte integrante do hardware respectivo, então é tratado como um activo intangível.

O movimento ocorrido nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2015 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-16
Terrenos e Recursos Naturais		284.489,73	-	-	-	284.489,73
Edifícios e outras construções	400.787,38	-	-	-	-	400.787,38
Equipamento básico	2.441,75	-	-	-	-	2.441,75
Equipamento de transporte	43.861,80	-	-	-	-	43.861,80
Equipamento administrativo	212.725,94	9.985,14	-	-	-	222.711,08
Outros activos fixos tangíveis	49.739,55	-	-	-	-	49.739,55
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	709.556,42	294.474,87	-	-	-	1.004.031,29

	31 de Dezembro de 2015					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições /Dotações	Abates	Transferências	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-15
Edifícios e outras construções	350.907,59	-	-	49.879,79	-	400.787,38
Equipamento básico	2.441,75	-	-	-	-	2.441,75
Equipamento de transporte	43.861,80	-	-	-	-	43.861,80
Equipamento administrativo	206.509,56	6.727,30	(510,92)	-	-	212.725,94
Outros activos fixos tangíveis	56.795,42	-	(7.055,87)	-	-	49.739,55
Investimentos em curso	49.879,79	-	-	(49.879,79)	-	-
	710.395,91	6.727,30	(7.566,79)	-	-	709.556,42

	Saldo em 01-Jan-16	Reforço	Abates	Reclassificação	Saldo em 31-Dez-16
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	8.524,48	8.057,22	-	-	16.581,70
Equipamento básico	1.930,83	-	-	-	1.930,83
Equipamento de transporte	43.861,80	-	-	-	43.861,80
Equipamento administrativo	205.245,28	6.021,18	-	-	211.266,46
Outros activos fixos tangíveis	49.739,56	-	-	-	49.739,56
	309.301,95	14.078,40	-	-	323.380,35

	<u>Saldo em 01-Jan-15</u>	<u>Reforço</u>	<u>Abates</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo em 31-Dez-15</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	479,16	8.045,32	-	-	8.524,48
Equipamento básico	2.441,75	-	(510,92)	-	1.930,83
Equipamento de transporte	43.861,80	-	-	-	43.861,80
Equipamento administrativo	201.576,54	3.668,74	-	-	205.245,28
Outros activos fixos tangíveis	<u>56.793,43</u>	<u>-</u>	<u>(7.055,87)</u>	<u>-</u>	<u>49.739,56</u>
	<u>305.154,68</u>	<u>11.714,06</u>	<u>(7.566,79)</u>	<u>-</u>	<u>309.301,95</u>

Na sequência da escritura do Direito de Superfície celebrada em 2014, foi concluído o processo de legalização do edifício sede da ANEME, sito no Pólo Tecnológico de Lisboa - Rua Francisco Cortês Pinto nº 2 (Lote 13B), em Lisboa, tendo sido emitido em 2016 o Alvará de Autorização de Utilização do Edifício nº 182/UT-CML/2016, e reconhecido o valor de 284.489,73 relativamente a esse direito.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, atendendo ao princípio da especialização do exercício, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

O total de custos com empréstimos obtidos levados a gastos durante o período de 2016 foi 22.728,78 e em 2015 de 24.640,90€.

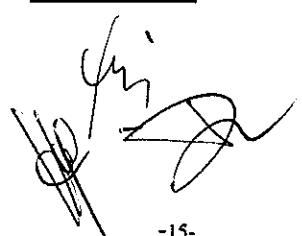
9. Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Associação tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial', excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a ANEME, caso em que é utilizado o método do Custo.

Nos restantes investimentos, quando a Associação não tem o poder de exercer controlo ou influência significativa, é utilizado o método do Custo.

A Associação detém uma participação de 50% na AFTEM – Associação para Formação Tecnológica de Engenharia Mecânica e Materiais, sedeadas em Portugal, que, muito embora lhe confira influência significativa, não está contabilizada pelo método da equivalência patrimonial mas sim pelo método do custo. Isto porque se trata de uma associação e estas organizações prosseguem fins não lucrativos, sendo-lhes por isso vedada a distribuição de resultados.

<u>Investimentos em empresas associadas</u>	<u>Sede</u>	<u>% participa- ção</u>	<u>Partes de capital</u>	<u>Saldo em 31-Dez-15</u>
AFTEM	Portugal	50%	27.618,94	27.618,94



A ANEME tem empréstimos concedidos à AFTEM em forma de prestações suplementares no valor de 82.301,66€ (para complementação de informação ver nota 5)

10. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos directos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros directamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	31-Dec-16	31-Dec-15
Mercadorias	3.132,59	3.132,59
	3.132,59	3.132,59
Perdas por imparidades de inventários	-3.132,59	-3.132,59
	-	-

Os bens incluídos no inventário de mercadorias são essencialmente livros de natureza técnica disponíveis para venda aos seus associados.

Após análise aos inventários detidos pela empresa verificou-se que os livros técnicos disponíveis para venda estão obsoletos e desactualizados, pelo que será inexequível a sua comercialização. Por este motivo, a Associação decidiu, conforme prescreve o normativo, contabilizá-los pelo Valor Realizável Líquido, criando nesse sentido uma perda de imparidade pelo valor total.

11. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

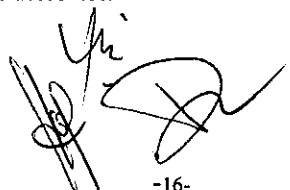
Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Activo	31-Dec-16		31-Dec-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Quotas	-	264.304,11	-	501.874,06
	-	264.304,11	-	501.874,06

Da análise das contas correntes dos associados resultou uma regularização de cerca de 268 073,59€ por contrapartida da conta de resultados transitados, por se considerar que este valor diz respeito a exercícios anteriores. Esta regularização deve-se a montantes de quotas que ficaram em dívida de associados que se encontram insolventes e/ou sem actividade há diversos exercícios.

12. Rérito

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Associação. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.



A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

A Quantia Reconhecida por Categorias de Rédito nos períodos de 2016 e de 2015 foram como segue:

	31-Dez-16			31-Dez-15		
	Mercado Interno	Outros Mercados	Total	Mercado Interno	Outros Mercados	Total
Vendas de bens	132,68	-	132,68	44,24	-	44,24
Prestação de serviços	574.856,12	-	574.856,12	527.700,35	-	527.700,35
Subsídios, doações e legados à exploração	292.515,33	-	292.515,33	393.902,83	-	393.902,83
Outros Rendimentos e Ganhos	141.527,41	-	141.527,41	257.132,09	-	257.132,09
Dividendos	2.084,13	-	2.084,13	1.525,15	-	1.525,15
Outros rendimentos	-	-	-	3,22	-	3,22
	1.011.115,67	-	1.011.115,67	1.180.307,88	-	1.180.307,88

13. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a Associação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de activos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com activos fixos tangíveis não depreciáveis ou activos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no capital próprio excepto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de projecção profissional e associativa, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Nos períodos de 2016 e de 2015 a Instituição reconheceu rendimentos relativos a Subsídios à Exploração decorrentes dos seguintes projectos:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Internacionalização	6.596,96	147.813,63
Internacionalizar Português	91.363,15	-
Metal Empreende	30.114,04	-
Cmarket	-	35.964,10
IREAM	(9.246,74)	84.288,59
MOVE	-	74.425,49
SIGAME	-	31.390,91
INFORCOMPETE	111.279,39	8.668,56
Outros subsídios	62.408,53	11.351,55
	<u>292.515,33</u>	<u>393.902,83</u>

14. Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

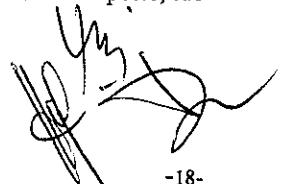
Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

15. Impostos sobre o rendimento

A Associação, em virtude de não exercer a título principal actividades de tipo comercial, industrial ou agrícola, beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, ao abrigo do artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, no que respeita à obtenção de rendimentos provenientes das actividades de natureza associativa.

Os restantes rendimentos estão sujeitos a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa geral de 21,5%, sobre a matéria colectável.

Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos de natureza não associativa e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são



adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2012 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Relacionamento entre gasto (rendimento) de imposto de lucro contabilístico		Obs.	31-dez-16	31-dez-15
Resultado líquido do exercício (actividade tributável)			24.130,65	12.920,91
Gasto / rendimento de:			6.315,42	2.836,36
Imposto Corrente				
Imposto Diferido				
Resultado antes de imposto	1		30.446,07	15.757,27
Variações patrimoniais	2			
Diferenças permanentes	A acrescer:	3	179,20	42,01
	A deduzir:	4	0,00	326,85
Diferenças temporárias	A acrescer:	5		
	A deduzir	6		
Lucro actividade comercial	7			
Lucro (prejuízo fiscal)	8 = 1+2+3-4+5-6+7		30.625,27	15.472,43
Dedução de perdas fiscais	9		3.987,79	3.435,25
Matéria colectável	10=8-9		26.637,48	12.037,18
Colecta	11		5.727,06	2.587,99
Benefícios por dedução à colecta	11			
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	12		588,36	248,37
Imposto sobre o rendimento do período	15=10-11+12+13+14		6.315,42	2.836,36
Taxa de imposto aplicável	16=15/7		20,62%	18,33%
Taxa média efectiva de imposto	17=15/(1+2)		20,74%	18,00%

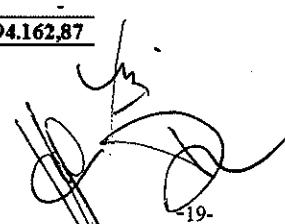
16. Instrumentos Financeiros

16.1. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Clientes” e “Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros” tinha a seguinte composição:

	31-Dez-16		31-Dez-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes conta corrente	-	121.964,32	-	192.288,81
Associados	-	264.304,11	-	501.874,06
Total	-	386.268,43	-	694.162,87
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Total	-	386.268,43	-	694.162,87



19-

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-Dec-16		31-Dec-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	-	319.436,54	-	240.659,14
Pessoal		14,00		400,01
Fornecedores		-		456,64
Outros Devedores	-	36.179,51	-	43.792,46
Perdas por imparidade acumuladas	-	355.630,05	-	285.308,25
	-	355.630,05	-	285.308,25

Nos valores referentes a rubricas de devedores por acréscimos de rendimentos estão incluídos os subsídios a receber no âmbito dos vários projectos desenvolvidos pela ANEME, designadamente no âmbito do SIAC, e do POCI/Internacionalização, que foram reconhecidos no exercício (para mais informações consultar nota 13).

16.2. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

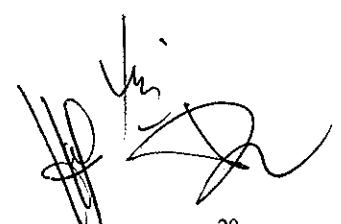
Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-Dec-16		31-Dec-15	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores conta corrente	557.987,16	-	530.030,11	-
	557.987,16	-	530.030,11	-

No saldo de 2016, importa salientar a entidade CENFIM – Centro Formação Profissional da Indústria Metalo Mecânica, que representa cerca de 76% dos créditos a pagar aos fornecedores, e que respeita a serviços sub-contratados no âmbito de diversas ações técnicas de formação em Angola para a SONAMET.

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dec-16		31-Dec-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	52.157,47	-	62.249,21
Outros Credores	-	10.096,61	-	137.227,33
Clientes	-	113,10	-	33,10
Pessoal	-	2.646,14	-	499,32
	-	65.013,32	-	200.008,96



O saldo de credores por acréscimos de gastos corresponde essencialmente às responsabilidades assumidas pela Associação com férias e subsídios de férias dos seus funcionários, calculadas com base nas remunerações dos trabalhadores previstas para o ano seguinte, bem como despesas ocorridas com prestações de serviços ainda não facturadas.

16.3. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

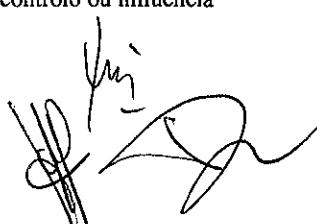
Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dec-16		31-Dec-15	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Livranças (i)	-			100.000,00
Financiamento bancário (ii)	271.500,00	140.000,00	120.000,00	
Outros empréstimos (iii)		75.000,00		75.000,00
	271.500,00	215.000,00	120.000,00	175.000,00

- (i) A Associação tinha uma Livrança a uma instituição de crédito nacional, com vencimento a 03/03/2016 e juro postecipado à TAE de 8,77%. Esta livrança teve a ver com a necessidade que houve de reforçar a tesouraria devido ao terminus de alguns projectos, nomeadamente: Iream III, C-Market, SigameII e Qren Internacionalização 2015/2016, para liquidação de todas as despesas dos pedidos finais de reembolso para encerramento dos mesmos. A 31 de Dezembro já não existia essa livrança.
- (ii) A Associação tem a 31 de Dezembro três contas correntes contratadas com três instituições de crédito distintas de forma a poder fazer face a necessidades de tesouraria, à qual estão associada as seguintes taxas:
 - Uma conta corrente à taxa Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 3,75%
 - Uma segunda conta corrente à taxa Euribor a 3 meses, TAN de 5,43 e spread de 5,75%
 - Uma terceira conta corrente à taxa Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 5%.
 Tem também contratado com uma instituição bancária um Empréstimo Portugal 2020 (pós atribuição de incentivo para o Projecto Inforcompet) à taxa Euribor a 12 meses, acrescida de spread 2,75%
- (iii) Encontra-se registada em rubrica de outros financiadores um empréstimo a curto prazo com juros associados à taxa de 4% ao ano.

16.4. Investimentos Financeiros noutras empresas

A associação detém diversas participações no capital de outras empresas que não lhe confere o poder de exercer controlo ou influência significativa.



Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, os saldos apresentam-se como segue:

Investimentos em Outras Empresas	Partes de capital
Apcer, S. A.	3.587,00
Biomassa	2.493,99
Catim	4.987,98
Apcer - Associação	2.244,59
Certif	7.500,00
Immas	498,80
ANREEE	5.000,00
Cefamei - Poolnet	500,00
Produtech	5.000,00
Cedintec	2.500,00
	34.312,36

Refira-se que, no último exercício, a Associação obteve rendimentos relacionado com a participada APCER no valor de 2.082,75 e em 2015 de 1.525,15€.

De referir igualmente que a Associação tem um empréstimo concedido à Produtech no valor de 3.750,00€.

16.5. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Activo	31-Dec-16	31-Dec-15
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	1.705,27	1.544,93
	1.705,27	1.544,93
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	37.429,16	13.315,39
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	8.311,20	9.402,20
Segurança Social	12.234,63	14.053,95
	57.974,99	36.771,54

17. Benefícios dos Empregados

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Remunerações do pessoal	320.478,32	353.159,44
Encargos sobre remunerações	64.360,99	71.365,69
Seguros	3.348,43	3.541,97
Outros gastos com pessoal	2.136,21	2.646,59
	<u>390.323,95</u>	<u>430.713,69</u>

O número médio de empregados da Instituição no exercício de 2016 foi 12 e em 2015 foi 14.

18. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Outras informações

19.1. Fundos

Em 31 de Dezembro de 2016 o Fundo Associativo da organização cifrava-se em 323.735,57€.

19.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os saldos da rubrica “Diferimentos” do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-16	31-Dez-15
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	3.850,24	1.540,54
Quotas pagas antecipadamente	13.750,00	5.122,15
Outros gastos a reconhecer	2.577,67	1.611,41
	<u>20.177,91</u>	<u>8.274,10</u>

19.3. Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	<u>31-Dec-16</u>	<u>31-Dec-15</u>
Rendimentos suplementares	3.008,14	9.226,99
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	12.000,00	12.000,00
Juros e dividendos Obtidos	2.084,13	1.528,37
Outros rendimentos e ganhos	<u>126.519,27</u>	<u>235.905,10</u>
	<u>143.611,54</u>	<u>258.660,46</u>

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos, cerca de 99% do saldo respeita a recuperação de despesas pagas pela ANEME, mas que são referentes a gastos comuns das acções empresariais e projectos desenvolvidos pela Associação no exterior com o objectivo de potenciar negócios entre empresas portuguesas e estrangeiras.

19.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-Dec-16</u>	<u>31-Dec-15</u>
Serviços especializados	227.026,72	297.853,67
Materiais	11.627,18	12.292,51
Energia e fluidos	2.572,52	2.476,56
Deslocações, estadas e transportes	97.682,75	93.991,30
Serviços diversos	142.942,62	198.251,85
onde Rendas e Alugueres	109.517,45	149.484,50
onde Comunicação	16.477,04	18.710,77
onde Seguros	5.451,69	4.866,17
onde Contencioso e Notariado	31,20	196,83
onde Limpeza, Higiene e Conforto	8.288,67	7.857,77
onde Despesas Representação	3.158,17	1.628,49
onde Outros	<u>18,40</u>	<u>15.507,32</u>
	<u>481.851,79</u>	<u>604.865,89</u>

19.5. Outros Gastos e Perdas

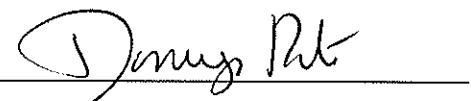
Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foram como segue:

	<u>31-Dec-16</u>	<u>31-Dec-15</u>
Impostos	4.886,92	5.638,98
Dívidas incobráveis	-	11.274,48
Outros gastos e perdas	<u>89.213,03</u>	<u>85.966,15</u>
	<u>94.099,95</u>	<u>102.879,61</u>

The image shows two handwritten signatures in black ink, one above the other, positioned to the right of the financial statement table. The top signature appears to be 'J.P. Vaz' and the bottom one 'J. S.'.

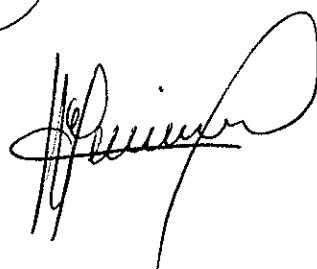
Na rubrica de outros gastos e perdas de realçar que cerca de 72% respeitam a despesas pagas de quotizações associativas.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO





RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.614.610,43 euros e um total de fundos patrimoniais de 447.134,96 euros, incluindo um resultado líquido de 1.717,38 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 22 de março de 2017



J. CAMILO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 147

Registada na C.M.V.M. com o número 20161458

representada pelo sócio

Joaquim Pereira da Silva Camilo

ROC nº 829



J. Camilo & Associados is a Member of IEC,
a worldwide association of
independent professional firms

Joaquim Camilo, Cláudia Magalhães, Geoffrey Fletcher, Jeremias Nunes

Sede Social - Lisboa

Rua Odette Saint-Maurice, 3L, piso -1/B
1700-921 Lisboa | Portugal

T.: +351 217 542 610 | E.: geral@jcamilo-sroc.com

Delegação Sintra

Rua Oliva Guerra, 5
2710-718 Sintra | Portugal

T.: +351 917 890 044 | E.: geral@jcamilo-sroc.com

Delegação Porto

Av. da República, 872, Sala 2,6
4430-214 Vila Nova de Gaia | Portugal

T.: +351 220 317 998 | E.: porto@jcamilo-sroc.com



PARECER DO CONSELHO FISCAL

ACTA Nº. 57

Em cumprimento do estipulado no artigo 26º, alínea b) dos Estatutos, reuniu na sede da ANEME, no dia vinte e nove de Março, de dois mil e dezassete, o Conselho Fiscal, estando presentes os membros em exercício, a fim de emitir o seu parecer sobre o "Relatório e Contas" da Direcção, referente ao exercício de dois mil e dezasseis.

Depois de analisar os elementos contabilísticos e apreciar o Relatório de Auditoria, verificámos que as Demonstrações Financeiras apresentadas, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis e reflectem a situação financeira da ANEME.

Somos, pois, de parecer que sejam aprovados, em Assembleia Geral, o Relatório e Contas referentes a este Exercício, bem como a proposta da Direcção de aplicação de resultados, manifestando o nosso agradecimento à Direcção e aos Serviços da Associação pela colaboração e trabalho dispensado na elaboração dos elementos apreciados.

E para que conste se lavra a presente acta que vai ser assinada pelos presentes.

ELECTRO PORTUGAL, LDA

Rep. por: João Pedro Caldeira Mendonça

MICRONORMA-COMÉRCIO E INDUSTRIA DE FERRAMENTAS, SA

Rep. por: Maria Helena Pereira Filipe

HENRIQUES & HENRIQUES, SA.

Rep. por: João Saúl Pereira Henriques